

ÁGUAS DO CENTRO LITORAL, SA

**CONCURSO PÚBLICO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE
LOCAÇÃO DE MÓDULOS PRÉ-FABRICADOS E SERVIÇOS
CONEXOS**

PRC/2024/088/DAR/CP

CADERNO DE ENCARGOS

SETEMBRO 2024

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar cujo objeto principal é a locação de módulos pré-fabricados e serviços conexos, com observância das características e especificações técnicas constantes do **Anexo I** e **Anexo II** do presente Caderno de Encargos.
2. A locação dos módulos pré-fabricados compreenderá os seguintes lotes:
 - LOTE 1** – Locação de módulos pré-fabricados para a ETA da Boavista
 - LOTE 2** – Locação de módulos pré-fabricados para a ETAR do Choupal
 - LOTE 3** – Locação de módulos pré-fabricados para a ETAR de Olhalvas
3. O presente contrato inclui ainda no seu âmbito o seguinte:
 - a) Locação de mobiliário, nomeadamente, cacifos, bancos, armários, dispensador de papel, caixote do lixo, saboneteira e suportes de papel higiénico;
 - b) Locação de equipamentos, nomeadamente: termoacumuladores, sistema solar fotovoltaico e sistema de aquecimento/arrefecimento por Ar Condicionado.
 - c) Serviço de manutenção que garanta a utilização permanente dos bens e acessórios em bom estado de conservação, pressupondo a substituição dos materiais/equipamentos quando não possa ser feita a eliminação dos defeitos ou danos nos mesmos;
 - d) Serviço de transporte, entrega e restituição (ida e volta) dos módulos;
 - e) Serviço de instalação dos módulos pré-fabricados e ligações às redes de abastecimento de água, esgotos e de energia elétrica.
4. A identificação das zonas de implantação dos módulos pré-fabricados encontram-se definidas no **Anexo IV** ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.^a

Elementos do Contrato

1. O(s) contrato(s) integra(m) os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) concorrente(s), e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (CCP);

- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - d) A(s) proposta(s) adjudicada(s);
 - e) Os esclarecimentos sobre a(s) proposta(s) adjudicada(s) prestados pelo(s) Adjudicatário(s).
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pelo Contraente Público nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo diploma legal prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.ª

Prazo contratual

Sem prejuízo da manutenção das obrigações acessórias que perdurem para além do seu termo, o Contrato tem a duração de 3 (três) anos, a contar da data de oposição da última assinatura.

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO ADJUDICATÁRIO

Cláusula 4.ª

Obrigações do Adjudicatário

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, constituem obrigações principais do Adjudicatário as seguintes:
- a) Obrigação de entrega dos bens identificados na sua proposta, em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam, nos locais definidos pelo Contraente Público, nos termos e no prazo máximo estabelecido no presente documento e respetivos anexos;
 - b) Obrigação de locar os bens, em condições de perfeita operacionalidade, identificados no presente documento;

- c) Providenciar, às suas expensas, todos os equipamentos e meios necessários para instalação dos módulos pré-fabricados, bem como para a desmobilização dos mesmos;
- d) Colocação em funcionamento e respetivos ajustes dos bens identificados na sua proposta;
- e) Obrigação de proceder a todas as reparações nos bens locados e, necessárias à manutenção dos mesmos, nas condições impostas no presente Caderno de Encargos e em perfeitas condições de ser utilizados, em conformidade com as condições definidas no **Anexo II** do presente Caderno de Encargos.
- f) Prestar os serviços de manutenção de acordo com as condições definidas no **Anexo II** do presente Caderno de Encargos.

2. Para além do disposto no número anterior, o Adjudicatário deve também:

- a) Cumprir as disposições legais e regulamentares, bem como as demais disposições impostas pelo Contraente Público, nos termos do “Regulamento para Fornecedores”, “Código de Conduta” e do próprio sistema de gestão da responsabilidade empresarial em vigor, sendo de sua responsabilidade todos os encargos que de tal resultem;
- b) Disponibilizar a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior;
- c) Conduzir a sua atividade de forma ética e socialmente responsável e adotar os princípios e valores éticos do Contraente Público, assinando para o efeito as Declarações de Aceitação do Código de Conduta para Fornecedores e Regulamento para Fornecedores, que fazem parte integrante do processo patenteado a concurso;
- d) Cumprir integralmente a legislação em vigor no domínio da Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho e Responsabilidade Social;
- e) Elaborar as fichas de procedimento de segurança ou avaliação de riscos e informar os trabalhadores dos riscos existentes, assim como das medidas de segurança a respeitar;

3. É também da responsabilidade do Adjudicatário a reparação e a indemnização de todos os prejuízos causados a terceiros em virtude da instalação dos módulos pré-fabricados (ainda que causados por subcontratados, fornecedores e ou tarefeiros) que lhe sejam imputáveis a qualquer causa.

4. É, igualmente responsabilidade do Adjudicatário, a restituição ao Contraente Público dos montantes correspondentes das multas aplicadas na sequência de processos contraordenacionais, cujos factos resultam de atos ou omissões suas, designadamente, relacionadas com o fornecimento, transporte, manuseamento e descarga dos bens objeto do Contrato, e que não sejam imputáveis ao Contraente Público.

Cláusula 5.^a

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do sistema de gestão

1. No que diz respeito ao cumprimento dos requisitos do Sistema de Gestão, que se encontram expressos no Regulamento de Fornecedores, o Adjudicatário deverá apresentar os documentos constantes no Anexo I do RG.01 - Regulamento de Fornecedores, com uma antecedência mínima de 10 (dez) dias antes da entrega dos bens nas instalações do Contraente Público, a submeter a aprovação do Contraente Público.
2. O Contraente Público, analisa os documentos referentes ao n.º I no prazo máximo de 10 (dez) dias, comunicando por escrito, ao Adjudicatário, da sua validação ou solicitando a necessidade de corrigir/complementar eventuais discrepâncias com exigências legais ou especificado.
3. O início da entrega e instalação dos bens, só pode ocorrer após a validação integral, dos documentos exigidos no n.º I, por parte do Contraente Público.

Cláusula 6.^a

Conformidade e operacionalidade dos bens

1. O Adjudicatário obriga-se a entregar ao Contraente Público os bens objeto do contrato com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos bens a entregar.
4. O Adjudicatário é responsável perante o Contraente Público por qualquer defeito ou discrepância dos bens objeto do contrato que existam no momento em que os bens lhe são entregues.

Cláusula 7.^a

Entrega e instalação dos bens

1. Os bens a alocar e objeto do contrato devem ser entregues e instalados, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da celebração do contrato.
2. Os bens objeto do contrato devem ser entregues e instalados nos locais definidos no **Anexo V** do presente Caderno de Encargos.
3. O Adjudicatário obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles.

4. Todas as despesas e custos com o transporte dos bens objeto do contrato para o local da entrega e a respetiva instalação, são da responsabilidade do Adjudicatário.
5. O Adjudicatário deverá proceder à entrega dos bens locados em dia útil (segunda a sexta-feira).

Cláusula 8.^a

Inspeção e testes de aceitação

1. Efetuada a entrega, instalação e colocação em funcionamento dos bens objeto do contrato, o Contraente Público, por si ou através de terceiro por ele designado, procede, no prazo de 2 (dois) dias à inspeção quantitativa e qualitativa dos mesmos, com vista a verificar, respetivamente, se os mesmos correspondem às quantidades estabelecidas e se reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** do presente Caderno de Encargos, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Durante a fase de realização de testes, o Adjudicatário deve prestar ao Contraente Público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, podendo fazer-se representar durante a realização daqueles, através de pessoas devidamente credenciadas para o efeito.
3. No caso de os testes previstos no número 1 não comprovarem a total operacionalidade dos bens objeto do contrato, bem como a sua conformidade com as exigências legais, ou no caso de existirem defeitos ou discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, o Contraente Público deve informar, por escrito, o Adjudicatário.
4. No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Contraente Público, às reparações ou substituições necessárias para garantir a operacionalidade dos bens e o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das substituições necessárias pelo Adjudicatário, no prazo respetivo, o Contraente Público procede à realização de novos testes de aceitação, nos termos da cláusula anterior.

Cláusula 9.^a

Dever de sigilo

1. O Adjudicatário obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Contraente Público, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. O Adjudicatário obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 10.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Adjudicatário necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções do Contraente Público, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Adjudicatário não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Adjudicatário deve cumprir rigorosamente as instruções do Contraente Público no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Adjudicatário deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Adjudicatário deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pelo Contraente Público, ou por quem atue em representação deste.
6. O Adjudicatário deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Adjudicatário responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.

7. Mediante solicitação escrita do Contraente Público, o Adjudicatário deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
8. O Adjudicatário deve comunicar de imediato ao Contraente Público quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
9. O Adjudicatário encontra-se adstrito a notificar de imediato o Contraente Público de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/ de supervisão de que seja objeto.
10. Se o Adjudicatário tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, o Contraente Público disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que o Contraente Público possa razoavelmente solicitar.
11. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Adjudicatário, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para o Contraente Público:
 12. Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 13. Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação;
 14. Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
15. O Adjudicatário obriga-se a ressarcir o Contraente Público por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
16. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Adjudicatário e a verificação de inexistência de garantias de compliance do Adjudicatário é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pelo Contraente Público, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 11.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Adjudicatário deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pelo Contraente Público.
2. Dependendo da opção do Contraente Público, o Adjudicatário apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 12.^a

Transferência de dados pessoais

O Adjudicatário não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita do Contraente Público, exceto se o Adjudicatário for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, o Contraente Público antes de proceder a essa transferência.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA CONTRAENTE PÚBLICO

Cláusula 13.^a

Preço contratual e Preço Base

1. Por todas as prestações objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Contraente Público deve pagar ao Adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público, nomeadamente os relativos ao transporte dos bens objeto do contrato para o respetivo local de entrega, aos meios de movimentação e descarga e todos os serviços descritos no **Anexo I e II** do presente Caderno de Encargos, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
3. O preço base (preço máximo admissível), para cada lote, é de:

- **LOTE I: 108.500,00€** (cento e oito mil e quinhentos euros);

- **LOTE 2:** 94.500,00€ (noventa e quatro mil e quinhentos euros);
- **LOTE 3:** 73.500,00€ (setenta e três mil e quinhentos euros);

4. O preço base, por lote, deve refletir a locação de módulos pré-fabricados, bem como todos os serviços definidos na cláusula 1.^a e **Anexo II** do presente Caderno de Encargos.

Cláusula 14.^a

Remuneração das prestações objeto do Contrato

As prestações objeto do contrato serão remuneradas de acordo com os preços unitários da proposta (após validação do Contraente Público de acordo com o definido na cláusula seguinte), nos seguintes termos:

- a) Transporte, instalação dos módulos pré-fabricados e ligações às redes de abastecimento de água, esgotos e de energia elétrica: *após inspeção e aceitação de acordo com o definido na cláusula 8^a do presente Caderno de Encargos;*
- b) Locação dos módulos pré-fabricados: *mensalmente, após início de utilização dos módulos pré-fabricados, equipados de acordo com o exigido no Anexo I do presente Caderno de Encargos;*
- c) Serviço de manutenção a realizar no período de locação: *sempre que seja efetuado, de acordo com o definido no Anexo II do presente Caderno de Encargos;*
- d) Trabalhos de desmobilização dos módulos pré-fabricados e transporte de restituição: *no final do contrato.*

Cláusula 15.^a

Condições de pagamento

- 1. As quantias devidas pelo Contraente Público, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
- 2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida, para cada lote, com a validação da respetiva fatura mensal, a efetuar pelo Contraente Público, no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
- 3. Em caso de discordância por parte do Contraente Público quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar, por escrito, ao Adjudicatário, prazo máximo de 5 (cinco) dias após a receção da fatura, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. A falta de pagamento dos valores contestados pelo Contraente Público não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Adjudicatário, devendo, no entanto, o Contraente Público proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.ºs 1 a 3, as faturas devem ser apresentadas até ao dia 4 do mês seguinte a que se referem, conter a menção da respetiva nota de encomenda e são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Adjudicatário.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Adjudicatário serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 16.^a

Faturação

1. As faturas a apresentar pelo Adjudicatário ao Contraente Público, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP.
2. As faturas eletrónicas a emitir pelo Adjudicatário deverão ser enviadas para o Portal FE-AP de receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa “eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, IP”.
3. Caso o Adjudicatário não tenha ainda aderido a este Portal deve efetuar os seguintes passos:
 - a) Consultar a informação sobre a fatura eletrónica em <https://www.espap.gov.pt/spfin/normas/Paginas/normas.aspx>;
 - b) Consultar a informação específica do processo de adesão dos fornecedores em <https://www.espap.gov.pt/spfin/onboarding/Paginas/onboarding%20de%20Fornecedores.aspx>;
 - c) Preencher o formulário de adesão: https://pt.surveymonkey.com/r/FE-AP_CIU5.
4. As faturas eletrónicas a emitir deverão cumprir, para além do definido no n.º 1 do artigo 299º-B do CCP, o estabelecido no documento “Águas de Portugal - Manual de Boas Práticas - Faturação Eletrónica Inbound (Fornecedores)”, disponível em <https://www.adp.pt/pt/faturacao-eletronica/?id=240>.
5. As faturas devem conter, entre outras indicações, a referência do concurso, o número da nota de encomenda - é obrigatória a menção do número da Nota de Encomenda na Fatura (ficheiro EDI - no campo cbc:ID da estrutura cac:OrderReference) - e o correspondente item, sob pena de devolução daquelas e o consequente não reconhecimento das obrigações.

6. A emissão de segundas vias das faturas solicitada pelo Contraente Público não será objeto de qualquer cobrança adicional.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 17.^a

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

- I. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela entidade adjudicante, identificado no contrato.
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Adjudicatário.
3. Caso o gestor do contrato detete quaisquer desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao Adjudicatário que adote as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 18.^a

Modificação objetiva do contrato

Além dos fundamentos de modificação objetiva previstos no artigo 312.º do Código dos Contratos Públicos, o contrato não pode ser modificado.

Cláusula 19.^a

Subcontratação e cessão da posição contratual do Adjudicatário

- I. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos, o Adjudicatário pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização do Contraente Público.

2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do Código dos Contratos Públicos.
3. O Contraente Público deve pronunciar-se sobre a proposta do Adjudicatário no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo Adjudicatário depende de autorização do Contraente Público, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 20.^a

Sanções contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento do prazo de entrega dos bens, definido no ponto I da cláusula 7^a do presente Caderno de Encargos, aplicação de uma penalização de 100,00 (*cem euros*) por cada dia de atraso;
 - b) Pelo incumprimento do prazo da obrigação de proceder a todas as reparações nos bens locados e necessárias à manutenção dos mesmos, definido no número 6 do Ponto B do Anexo II do presente Caderno de Encargos, aplicação de uma penalização de 100,00 (*cem euros*) por cada dia de atraso;
 - c) Pelo incumprimento de cada situação detetada das suas obrigações contratuais no que se refere ao não cumprimento do RG.01 – Regulamento de Fornecedores, ou do OD.01 – Código de Conduta, aplicação de uma penalização de 200,00€ (*duzentos euros*).
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.
4. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, o Contraente Público pode exigir-lhe uma sanção contratual de até 20% do valor global do contrato.
5. Ao valor da sanção contratual prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo fornecedor ao abrigo do n.º I, relativamente aos bens objeto do contrato cujo atraso na respetiva entrega tenha determinado a respetiva resolução.

6. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.

7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 21.^a

Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao fornecedor, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.

2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:

- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
- b) Sejam alheias à sua vontade;
- c) Não fossem por ela conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
- d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A parte que invocar caso de força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Adjudicatário das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (trinta) dias, autoriza o Contraente Público a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do Código dos Contratos Públicos, não tendo o fornecedor direito a qualquer indemnização.

Cláusula 22.^a

Resolução do contrato por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente no atraso, total ou parcial, na entrega dos bens por um prazo superior a 30 (*trinta*) dias ou declaração escrita do Adjudicatário de que o atraso em determinada entrega excederá esse prazo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Contraente Público.

Cláusula 23.^a

Resolução do contrato por parte do Adjudicatário

1. O Adjudicatário pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos.

2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do Código dos Contratos Públicos, o direito de resolução é exercido por via judicial.

3. A resolução do contrato não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 24.^a

Seguros

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura, através de contratos de seguro, dos seguintes riscos:

- a) Seguro de acidentes de trabalho;
- b) Seguro de viaturas e outros equipamentos associados à prestação do presente contrato;
- c) Seguro de Responsabilidade Civil que cubra o valor do contrato e as operações a executar pelo Adjudicatário ao abrigo do mesmo.

2. O Contraente Público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número 1, devendo o Adjudicatário prestá-la no prazo máximo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 25.^a

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (quinze) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 26.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações entre o Contraente Público e o fornecedor relativas ao contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, para os contatos identificados no contrato.
2. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data indicada pelos serviços postais.
3. Qualquer comunicação realizada por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 27.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 28.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 29.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos.

ANEXO I
ETA DA BOAVISTA - LOTE I

Especificações e características dos módulos pré-fabricados a instalar

I. Deverão ser garantidos os seguintes requisitos para o balneário/vestiário:

- a) Serem constituídos por materiais resistentes, laváveis e duráveis;
- b) Possuir iluminação natural e artificial (iluminação LED);
- c) Possuir ventilação artificial, com recurso a um sistema de aquecimento/arrefecimento por Ar Condicionado;
- d) Possuir sinalização ou iluminação de emergência nas zonas para saída;
- e) Devem ser garantidos meios de combate a incêndios (extintores);
- f) Dispor de sistema de ligação para água canalizada, esgotos e eletricidade, para subsequente ligação às redes já existentes no local;
- g) As portas devem abrir para o exterior.
- h) Compreenderem uma área mínima de 100 m², compostos por 4 zonas distintas:
 - Zona de banhos;
 - Zona de sanitários e lavatórios;
 - Zona de vestiários;
 - Zona de antecâmara contígua ao balneário, para auxiliar no circuito de separação da zona de sujos/ zona de limpos.

Zona de banhos

- a) Deve ser garantido um sistema de extração e insuflação de ar;
- b) Deve ser revestida por pavimento antiderrapante e paredes com materiais resistentes e laváveis;
- c) Deve ter no mínimo uma zona com 6 chuveiros individuais, num espaço amplo com o resguardo adequado, com vista a manter resguardo conveniente. Para o escoamento das águas dos banhos, deverá o piso ter o ralo incorporado (**ralos sifonados**), dispensando-se a instalação de base de chuveiro;
- d) Deve ser separada das retretes e dos urinóis, dispor de água fria e quente;
- e) Zona de banhos com água quente, fornecida no mínimo por 3 termoacumuladores com capacidade de 200L cada. **Deverá ser prevista a instalação de um sistema solar fotovoltaico, que** deverá ser integrado na cobertura dos módulos pré-fabricados, com uma potência instalada **de, no mínimo, 2000 Wp (Watt-pico).**

Zona de sanitários e lavatórios

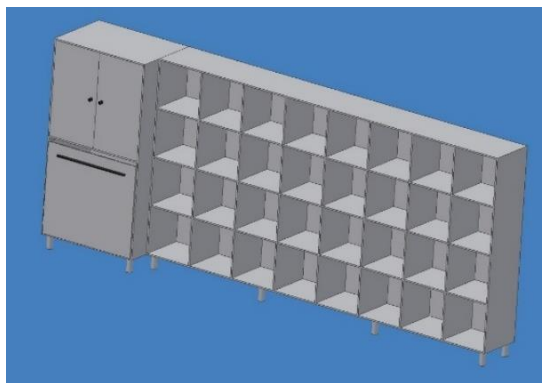
- a) Deve ser garantido um sistema de extração e insuflação de ar;
- b) Deve possuir 4 retretes, 2 urinóis e 3 lavatórios em locais independentes;
- c) O pavimento e as paredes devem ser revestidos com materiais laváveis e resistentes, sendo os pavimentos antiderrapantes e com ralos sifonados para impedir a acumulação de águas;
- d) Deve possuir dispensador de papel, saboneteira, caixote do lixo e suportes de papel higiénico;
- e) Deve possuir boa iluminação natural com envidraçamento com proteção visual;
- f) Deve possuir no mínimo 2 tomadas elétricas.

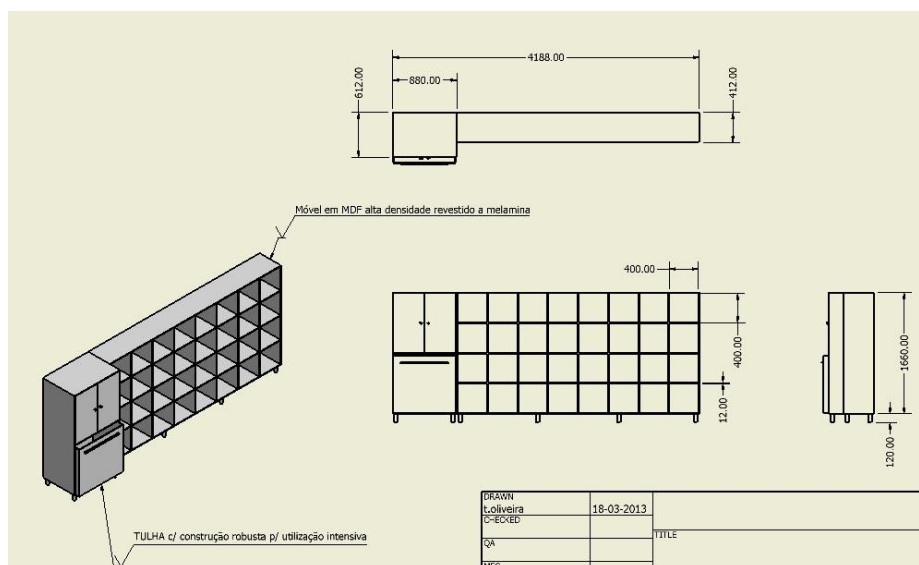
Zona de vestiários

- a) Deve dispor de sistema de aquecimento/refrigeração de forma a garantir o conforto térmico dos colaboradores;
- b) O pavimento e as paredes devem ser revestidos com materiais laváveis, sendo os pavimentos antiderrapantes e com ralos sifonados para impedir a acumulação de águas;
- c) Deve dispor de 28 cacifos duplos com as dimensões de: 1950x900x500 mm;
- d) Deve dispor de 4 bancos com cabides;
- e) Deve possuir boa iluminação natural com envidraçamento com proteção visual;
- f) Deve permitir a comunicação direta com as cabinas de chuveiros e os lavatórios;
- g) Deve possuir no mínimo 4 tomadas elétricas.

Zona de antecâmara contígua ao balneário

- a) O pavimento e as paredes devem ser revestidos com materiais laváveis, sendo os pavimentos antiderrapantes;
- b) Deve possuir armário, igual ou similar ao identificado nas imagens abaixo (imagem 1 e 2), que tem como propósito a separação da roupa limpa (idealmente compartimentos individuais) da roupa suja (idealmente uma tulha para a colocação dos sacos com a roupa suja), dos 28 trabalhadores.





As imagens 1 e 2 são ilustrativas, pretende-se apenas transmitir ao Adjudicatário de forma mais clara e evidente, qual a estrutura deste armário.

- c) Deve possuir boa iluminação natural com envidraçamento com proteção visual;
- d) Deve permitir a comunicação com a zona de vestiários, protegida por uma porta de acesso.

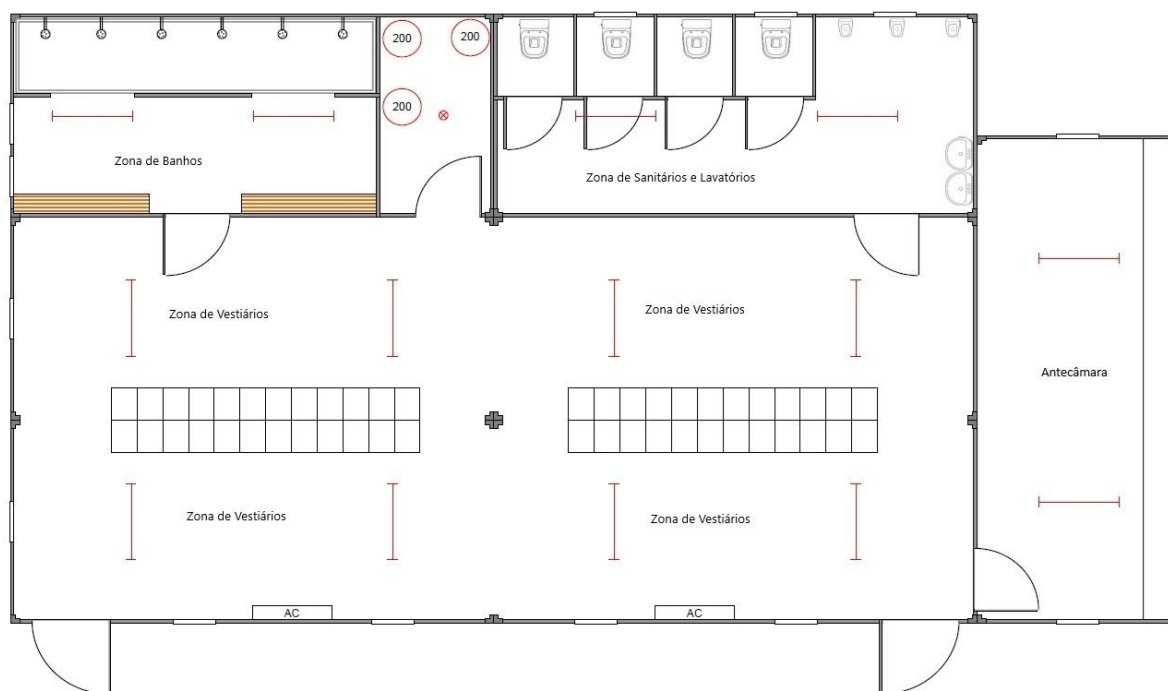
II. Requisito para instalação e manutenção do balneário/vestiário

- a) Ligações às redes gerais de água, esgotos e eletricidade (deverão ser utilizados os pontos existentes para ligação às redes);
- b) Para o serviço de instalação dos módulos deverão ser mantidas as atuais bases de assentamento.
- c) A instalação dos termoacumuladores e sistema solar fotovoltaico, tem de ser realizada por técnico competente e devidamente certificado, devendo cumprir com a legislação aplicável e garantir as condições de segurança mínimas para os utilizadores dos balneários.
- d) No final da instalação tem de ser emitido pelo técnico, o termo de responsabilidade legalmente exigido referente à instalação e entregue ao Contraente Público no prazo de 5 (cinco) dias para validação.
- e) O Contraente Público, analisa os documentos referentes ao número anterior e no prazo máximo de 5 (cinco) dias, comunicando por escrito, ao Adjudicatário, da sua validação ou solicitando a necessidade de corrigir/complementar eventuais discrepâncias com exigências legais ou especificado.
- f) Os Equipamentos Elétricos e Eletrónicos alocados devem cumprir o seguinte:

- i. Possuir Marcação CE;
- ii. Ser fornecido o manual de instruções em português;
- iii. Ser de Classe Energética A ou superior;
- iv. No caso de equipamentos de ventilação, aquecimento ou ar condicionado, com Gases que empobrecem a Camada de Ozono (ODS):
 - Os aparelhos novos devem ter na etiqueta o tipo e quantidade de gás e indicação de “hermeticamente fechado”, quando aplicável;
 - Assegurar que os equipamentos fornecidos não contêm as seguintes substâncias regulamentadas:
 - Clorofluorocarbonos (CFC) ex: R12
 - Outros clorofluorocarbonos totalmente halogenados
 - Halons
 - Tetracloroeto de carbono
 - I,I,I-tricloroetano
 - Hidrobromofluorocarbonos (HBFC)
 - Hidroclorofluorocarbonos (HCFC) ex: R22
 - Assegurar que os equipamentos fornecidos, que contêm gases fluorados com efeito de estufa (ex: R134a, R410a, R407c e R32), possuem rótulo com as seguintes indicações:
 - «Contém gases fluorados com efeito de estufa abrangidos pelo Protocolo de Quioto»;
 - Quantidade de gases fluorados com efeito de estufa, expressa em quilogramas;
 - Hermeticamente fechado», quando aplicável.
 - Denominações químicas abreviadas dos gases fluorados com efeito de estufa contidos no equipamento ou concebidos para tal, utilizando uma norma de nomenclatura sectorial aceite para o equipamento ou substância;

III. Esquema representativo da configuração dos balneários

A título ilustrativo, remete-se imagem abaixo, com o esquema da disposição que se pretende para os módulos pré-fabricados.



ETAR DO CHOUPAL - LOTE 2

Especificações e características dos módulos pré-fabricados a instalar

I. Deverão ser garantidos os seguintes requisitos para o balneário/vestiário:

- a) Serem constituídos por materiais resistentes, laváveis e duráveis;
- b) Possuir iluminação natural e artificial (iluminação LED);
- c) Possuir ventilação artificial, com recurso a um sistema de aquecimento/arrefecimento por Ar Condicionado;
- d) Possuir sinalização ou iluminação de emergência nas zonas para saída;
- e) Devem ser garantidos meios de combate a incêndios (extintores);
- f) Dispor de água canalizada, esgotos e eletricidade para ligação às redes já existentes no local;
- g) As portas devem abrir para o exterior.
- h) Compreenderem uma área mínima de 85 m², compostos por 4 zonas distintas:
 - Zona de banhos;
 - Zona de sanitários e lavatórios;
 - Zona de vestiários;
 - Zona de antecâmara contígua ao balneário, para auxiliar no circuito de separação da zona de sujos/ zona de limpos.

Zona de banhos

- a) Deve ser garantido um sistema de extração e insuflação de ar;
- b) Deve ser revestida por pavimento antiderrapante e paredes com materiais resistentes e laváveis;
- c) Ter no mínimo uma zona com 5 chuveiros individuais, num espaço amplo com o resguardo adequado, com vista a manter resguardo conveniente. Para o escoamento das águas dos banhos, deverá o piso ter o ralo incorporado (**ralos sifonados**), dispensando-se a instalação de base de chuveiro;
- d) Deve ser separada das retretes e dos urinóis, dispor de água fria e quente;
- e) Zona de banhos com água quente, fornecida no mínimo por 3 termoacumuladores com capacidade de 200L cada. **Deverá ser prevista a instalação de um sistema solar fotovoltaico, que deverá ser integrado na cobertura dos módulos pré-fabricados, com uma potência instalada de, no mínimo, 2000 Wp (Watt-pico).**

Zona de sanitários e lavatórios

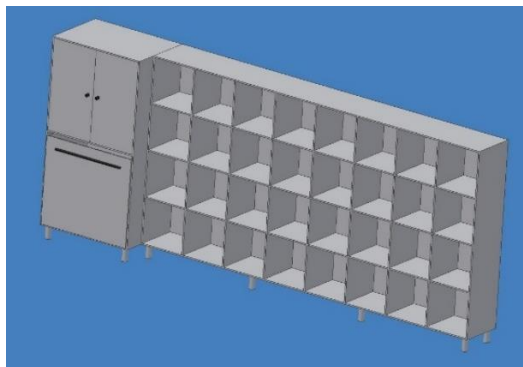
- a) Na zona de sanitários deve ser garantido um sistema de extração e insuflação de ar;
- b) Zona de sanitários com 3 retretes, 2 urinóis e 2 lavatórios em locais independentes;
- c) O pavimento e as paredes devem ser revestidos com materiais laváveis e resistentes, sendo os pavimentos antiderrapantes e com ralos sifonados para impedir a acumulação de águas;
- d) Deve possuir dispensador de papel, saboneteira, caixote do lixo e suportes de papel higiénico;
- e) Deve possuir boa iluminação natural com envidraçamento com proteção visual;
- f) Deve possuir no mínimo 2 tomadas elétricas.

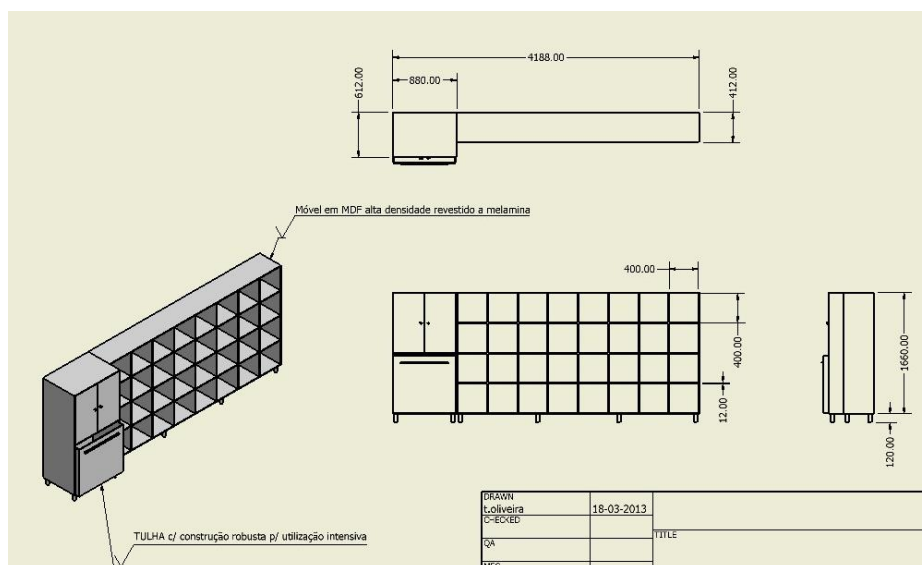
Zona de vestiários

- a) Deve dispor de sistema de aquecimento/refrigeração de forma a garantir o conforto térmico dos colaboradores;
- b) O pavimento e as paredes devem ser revestidos com materiais laváveis, sendo os pavimentos antiderrapantes e com ralos sifonados para impedir a acumulação de águas;
- c) Deve dispor de 24 cacifos duplos com as dimensões de: 1950x900x500 mm;
- d) Deve dispor de 3 bancos com cabides;
- e) Deve possuir boa iluminação natural com envidraçamento com proteção visual;
- f) Deve permitir a comunicação direta com as cabinas de chuveiros e os lavatórios;
- g) Deve possuir no mínimo 3 tomadas elétricas.

Zona de antecâmara contígua ao balneário

- a) O pavimento e as paredes devem ser revestidos com materiais laváveis, sendo os pavimentos antiderrapantes;
- b) Deve possuir armário, igual ou similar ao identificado nas imagens abaixo (imagem 1 e 2), que tem como propósito a separação da roupa limpa (idealmente compartimentos individuais) da roupa suja (idealmente uma tulha para a colocação dos sacos com a roupa suja), dos 24 trabalhadores.





As imagens 1 e 2 são ilustrativas, pretende-se apenas transmitir ao Adjudicatário de forma mais clara e evidente, qual a estrutura deste armário.

- c) Deve possuir boa iluminação natural com envidraçamento com proteção visual;
- d) Deve permitir a comunicação com a zona de vestiários, protegida por uma porta de acesso.

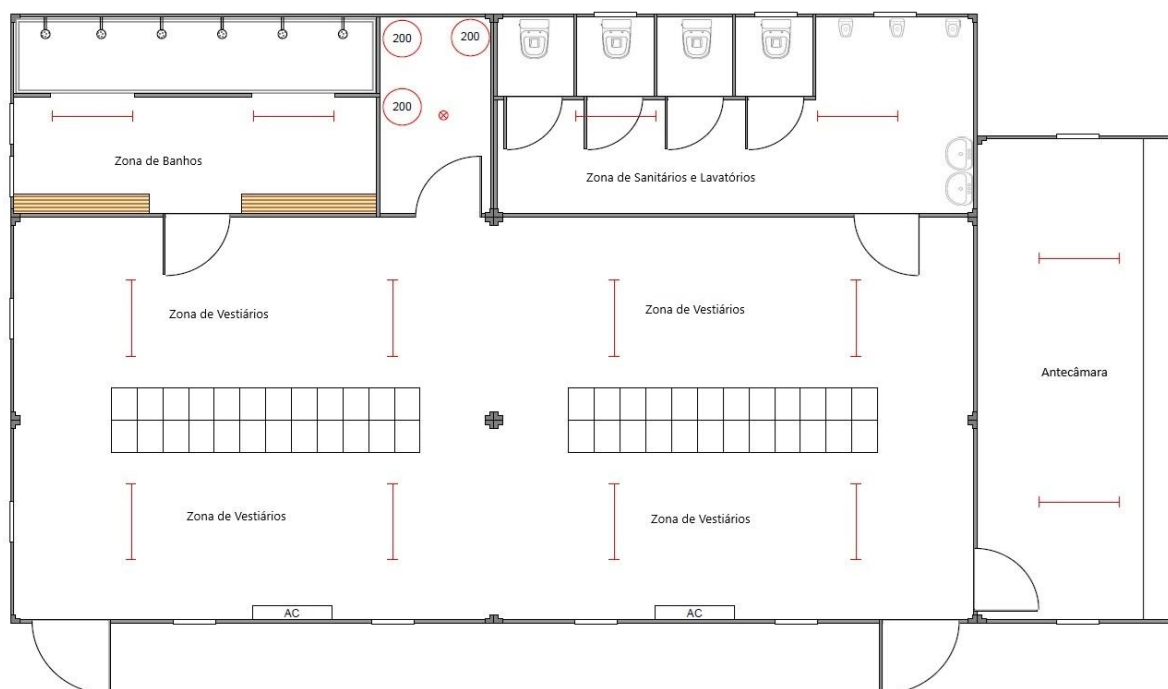
II. Requisito para instalação e manutenção do balneário/vestiário

- a) Ligações às redes gerais de água, esgotos e eletricidade (deverão ser mantidos os atuais pontos de ligação às redes);
- b) Para o serviço de instalação dos módulos deverão ser mantidas as atuais bases de assentamento.
- c) A instalação dos termoacumuladores e sistema solar fotovoltaico, tem de ser realizada por técnico competente e devidamente certificado, devendo cumprir com a legislação aplicável e garantir as condições de segurança mínimas para os utilizadores dos balneários.
- d) No final da instalação tem de ser emitido pelo técnico, o termo de responsabilidade legalmente exigido referente à instalação e entregue ao Contraente Público no prazo de 5 (cinco) dias para validação.
- e) O Contraente Público, analisa os documentos referentes ao número anterior e no prazo máximo de 5 (cinco) dias, comunicando por escrito, ao Adjudicatário, da sua validação ou solicitando a necessidade de corrigir/complementar eventuais discrepâncias com exigências legais ou especificado
- f) Os Equipamentos Elétricos e Eletrónicos alocados devem cumprir o seguinte:

- v. Possuir Marcação CE;
- vi. Ser fornecido o manual de instruções em português;
- vii. Ser de Classe energética A ou superior;
- viii. No caso de equipamentos de ventilação, aquecimento ou ar condicionado, com Gases que empobrecem a Camada de Ozono (ODS):
 - Os aparelhos novos devem ter na etiqueta o tipo e quantidade de gás e indicação de “hermeticamente fechado”, quando aplicável;
 - Assegurar que os equipamentos fornecidos não contêm as seguintes substâncias regulamentadas:
 - Clorofluorocarbonos (CFC) ex: R12
 - Outros clorofluorocarbonos totalmente halogenados
 - Halons
 - Tetracloroeto de carbono
 - I,I,I-tricloroetano
 - Hidrobromofluorocarbonos (HBFC)
 - Hidroclorofluorocarbonos (HCFC) ex: R22
 - Assegurar que os equipamentos fornecidos, que contêm gases fluorados com efeito de estufa (ex: R134a, R410a, R407c), possuem rótulo com as seguintes indicações:
 - «Contém gases fluorados com efeito de estufa abrangidos pelo Protocolo de Quioto»;
 - Quantidade de gases fluorados com efeito de estufa, expressa em quilogramas;
 - Hermeticamente fechado», quando aplicável.
 - Denominações químicas abreviadas dos gases fluorados com efeito de estufa contidos no equipamento ou concebidos para tal, utilizando uma norma de nomenclatura sectorial aceite para o equipamento ou substância;

III. Esquema representativo da configuração dos balneários

A título ilustrativo, remete-se imagem abaixo, com o esquema da disposição que se pretende para os módulos pré-fabricados.



ETAR DE OLHALVAS - LOTE 3

Especificações e características dos módulos pré-fabricados a instalar

I. Deverão ser garantidos os seguintes requisitos para o balneário/vestiário:

- a) Serem constituídos por materiais resistentes, laváveis e duráveis;
- b) Possuir iluminação natural e artificial (iluminação LED);
- c) Possuir ventilação artificial, com recurso a um sistema de aquecimento/arrefecimento por Ar Condicionado;
- d) Possuir sinalização ou iluminação de emergência nas zonas para saída;
- e) Devem ser garantidos meios de combate a incêndios (extintores);
- f) Dispor de água canalizada, esgotos e eletricidade para ligação às redes já existentes no local;
- g) As portas devem abrir para o exterior.
- h) Compreenderem uma área mínima de 50 m², compostos por 4 zonas distintas:
 - Zona de banhos;
 - Zona de sanitários e lavatórios;
 - Zona de vestiários;
 - Zona de antecâmara contígua ao balneário, para auxiliar no circuito de separação da zona de sujos/ zona de limpos.

Zona de banhos

- a) Deve ser garantido um sistema de extração e insuflação de ar;
- b) Deve ser revestida por pavimento antiderrapante e paredes com materiais resistentes e laváveis;
- c) Ter no mínimo uma zona com 4 chuveiros individuais, num espaço amplo com o resguardo adequado, com vista a manter resguardo conveniente. Para o escoamento das águas dos banhos, deverá o piso ter o ralo incorporado (**ralos sifonados**), dispensando-se a instalação de base de chuveiro;
- d) Deve ser separada das retretes e dos urinóis, dispor de água fria e quente;
- e) Zona de banhos com água quente, fornecida no mínimo por 3 termoacumuladores com capacidade de 200L cada. **Deverá ser prevista a instalação de um sistema solar fotovoltaico, que deverá ser integrado na cobertura dos módulos pré-fabricados, com uma potência instalada de, no mínimo, 2000 Wp (Watt-pico).**

Zona de sanitários e lavatórios

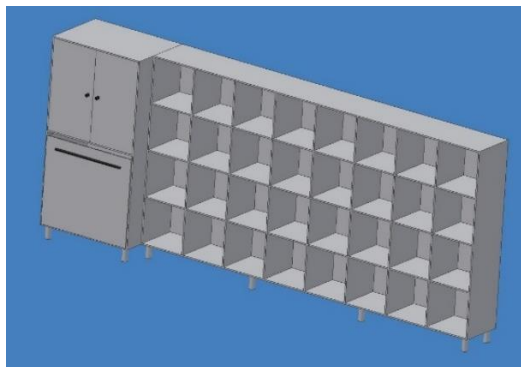
- a) Deve ser garantido um sistema de extração e insuflação de ar;
- b) Deve possuir 2 retretes, 2 urinóis e 2 lavatórios em locais independentes;
- c) O pavimento e as paredes devem ser revestidos com materiais laváveis e resistentes, sendo os pavimentos antiderrapantes e com ralos sifonados para impedir a acumulação de águas;
- d) Deve possuir dispensador de papel, saboneteira, caixote do lixo e suportes de papel higiénico;
- e) Deve possuir boa iluminação natural com envidraçamento com proteção visual;
- f) Deve possuir no mínimo 1 tomada elétrica.

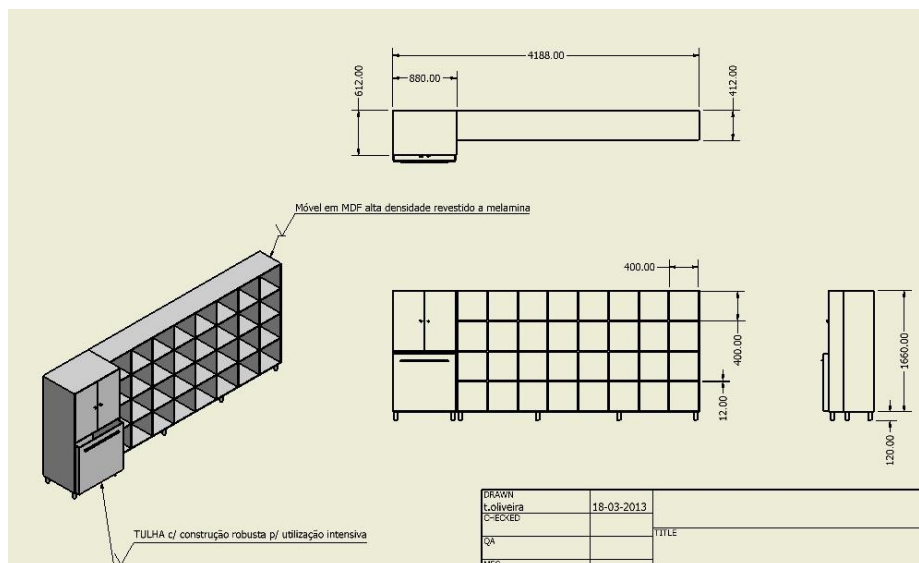
Zona de vestiários

- a) Deve dispor de sistema de aquecimento/refrigeração de forma a garantir o conforto térmico dos colaboradores;
- b) O pavimento e as paredes devem ser revestidos com materiais laváveis, sendo os pavimentos antiderrapantes e com ralos sifonados para impedir a acumulação de águas;
- c) Deve dispor de 12 cacifos duplos com as dimensões de: 1950x900x500 mm;
- d) Deve dispor de 2 bancos com cabides;
- e) Deve possuir boa iluminação natural com envidraçamento com proteção visual;
- f) Deve permitir a comunicação direta com as cabinas de chuveiros e os lavatórios;
- g) Deve possuir no mínimo 2 tomadas elétricas.

Zona de antecâmara contígua ao balneário

- a) O pavimento e as paredes devem ser revestidos com materiais laváveis, sendo os pavimentos antiderrapantes;
- b) Deve possuir armário, igual ou similar ao identificado nas imagens abaixo (imagem 1 e 2), que tem como propósito a separação da roupa limpa (idealmente compartimentos individuais) da roupa suja (idealmente uma tulha para a colocação dos sacos com a roupa suja), dos 12 trabalhadores.





As imagens 1 e 2 são ilustrativas, pretende-se apenas transmitir ao Adjudicatário de forma mais clara e evidente, qual a estrutura deste armário.

- c) Deve possuir boa iluminação natural com envidraçamento com proteção visual;
- d) Deve permitir a comunicação com a zona de vestiários, protegida por uma porta de acesso.

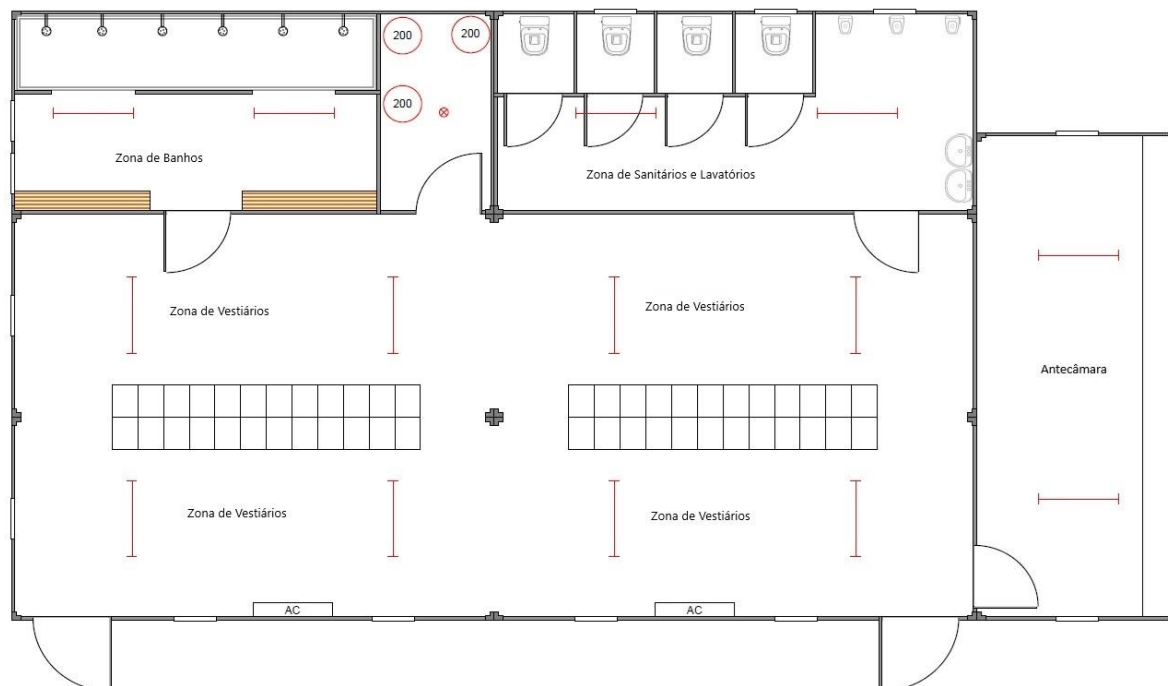
II. Requisito para instalação e manutenção do balneário/vestiário

- a) Ligações às redes gerais de água, esgotos e eletricidade (deverão ser mantidos os atuais pontos de ligação às redes);
- b) Para o serviço de instalação dos módulos deverão ser mantidas as atuais bases de assentamento.
- c) A instalação dos termoacumuladores e sistema solar fotovoltaico, tem de ser realizada por técnico competente e devidamente certificado, devendo cumprir com a legislação aplicável e garantir as condições de segurança mínimas para os utilizadores dos balneários.
- d) No final da instalação tem de ser emitido pelo técnico, o termo de responsabilidade legalmente exigido referente à instalação e entregue ao Contraente Público no prazo de 5 (cinco) dias para validação.
- e) O Contraente Público, analisa os documentos referentes ao número anterior e no prazo máximo de 5 (cinco) dias, comunicando por escrito, ao Adjudicatário, da sua validação ou solicitando a necessidade de corrigir/complementar eventuais discrepâncias com exigências legais ou especificado
- f) Os Equipamentos Elétricos e Eletrónicos alocados devem cumprir o seguinte:

- i. Possuir Marcação CE;
- ii. Ser fornecido o manual de instruções em português;
- iii. Ser de Classe energética A ou superior;
- iv. No caso de equipamentos de ventilação, aquecimento ou ar condicionado, com Gases que empobrecem a Camada de Ozono (ODS):
 - Os aparelhos novos devem ter na etiqueta o tipo e quantidade de gás e indicação de “hermeticamente fechado”, quando aplicável
 - Assegurar que os equipamentos fornecidos não contêm as seguintes substâncias regulamentadas:
 - Clorofluorocarbonos (CFC) ex: R12
 - Outros clorofluorocarbonos totalmente halogenados
 - Halons
 - Tetracloroeto de carbono
 - I,I,I-tricloroetano
 - Hidrobromofluorocarbonos (HBFC)
 - Hidroclorofluorocarbonos (HCFC) ex: R22
 - Assegurar que os equipamentos fornecidos, que contêm gases fluorados com efeito de estufa (ex: R134a, R410a, R407c), possuem rótulo com as seguintes indicações:
 - «Contém gases fluorados com efeito de estufa abrangidos pelo Protocolo de Quioto»;
 - Quantidade de gases fluorados com efeito de estufa, expressa em quilogramas;
 - Hermeticamente fechado», quando aplicável.
 - Denominações químicas abreviadas dos gases fluorados com efeito de estufa contidos no equipamento ou concebidos para tal, utilizando uma norma de nomenclatura sectorial aceite para o equipamento ou substância;

III. Esquema representativo da configuração dos balneários

A título ilustrativo, remete-se imagem abaixo, com o esquema da disposição que se pretende para os módulos pré-fabricados.



ANEXO II

ESPECIFICAÇÕES DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO

As especificações dos serviços de manutenção a prestar pelo Adjudicatário, são as seguintes:

1. O Adjudicatário garante os bens objeto do contrato, durante o prazo de vigência do mesmo, contra quaisquer defeitos ou discrepâncias com as exigências legais e com características, especificações e requisitos técnicos definidos no **Anexo I** do presente Caderno de Encargos, que se revelem a partir da respetiva aceitação do bem.
2. O serviço de manutenção a realizar na vigência do contrato deverá ser efetuado por técnicos acreditados, a todos os equipamentos e respetivos componentes alocados ao presente contrato, designadamente: termoacumuladores, sistema solar fotovoltaico e sistema de aquecimento/arrefecimento por ar condicionado.
3. O serviço de manutenção dos equipamentos de ar condicionado, contempla as seguintes obrigações:
 - Apresentar os certificados dos técnicos qualificados - Grupo A, B e C, conforme aplicável;
 - Para os equipamentos abrangidos, comprometer-se a realizar a deteção de fugas nos períodos legalmente estabelecidos;
 - Garantir a certificação da empresa prestadora de serviço;
 - Emitir documento de registo apropriado, conforme entidade certificadora dos técnicos, aquando da instalação de novos equipamentos, reparações que envolvam o sistema de refrigeração, instalação ou desativação de equipamentos, deixando a 2.^a via com o Contraente Público.
4. O serviço de manutenção referido no n.º 2 deverá ser realizado em cumprimento da periodicidade legal estabelecida e no mínimo semestralmente, como manutenção preventiva.
5. O serviço de manutenção dos bens locados, implica igualmente para o Adjudicatário, as seguintes obrigações:
 - i) Fornecimento, a montagem ou a integração de quaisquer peças ou componentes danificados ou avariados;
 - ii) Fornecimento, a montagem ou instalação das peças, componentes ou bens que não se encontrem em conformidade com as especificações definidas no Anexo I do presente Caderno de Encargos;

iii) A deslocação ao local da instalação ou de entrega;

iv) A mão-de-obra.

6. O Serviço de manutenção deve garantir a possibilidade de utilização permanente e o bom estado de utilização dos bens locados.

7. Os serviços mencionados no número anterior deverão ser realizados após deteção e comunicação, por escrito, pelo Contraente Público de eventuais anomalias nos materiais/equipamentos. O Contraente Público deverá definir, em comum acordo com o Adjudicatário, um prazo entre 3 (três) a 20 (vinte) dias consoante o material/equipamento em apreço, para que se proceda à sua reparação e/ou substituição.

ANEXO III
MAPA DE QUANTIDADES – LOTE I
ETA DA BOAVISTA

N.º	Item	Qt	Unid
1	Locação dos módulos pré-fabricados, nos termos definidos no Caderno de Encargos (*)	36	mês
2	Transporte, instalação dos módulos pré-fabricados e ligações às redes de abastecimento de água, esgotos e de energia elétrica, nos termos definidos no Caderno de Encargos	1	vg
3	Serviço de manutenção a realizar no período de locação, de acordo com o definido no Anexo II do Caderno de Encargos	1	vg
4	Trabalhos de desmobilização dos módulos pré-fabricados, nos termos definidos no Caderno de Encargos	1	vg
5	Transporte de restituição, nos termos definidos no Caderno de Encargos	1	vg

(*) neste item está incluído o seguinte:

- Locação dos módulos pré-fabricados;
- Locação de mobiliário, nomeadamente, cacifos, bancos, armários, dispensador de papel, caixote do lixo, saboneteira e suportes de papel higiénico;
- Locação de equipamentos, nomeadamente: termoacumuladores, sistema solar fotovoltaico e equipamento de ar condicionado.

MAPA DE QUANTIDADES – LOTE 2

ETAR DO CHOUPAL

N.º	Item	Qt	Unid
1	Locação dos módulos pré-fabricados, nos termos definidos no Caderno de Encargos (*)	36	mês
2	Transporte, instalação dos módulos pré-fabricados e ligações às redes de abastecimento de água, esgotos e de energia elétrica, nos termos definidos no Caderno de Encargos	1	vg
3	Serviço de manutenção a realizar no período de locação, de acordo com o definido no Anexo II do Caderno de Encargos	1	vg
4	Trabalhos de desmobilização dos módulos pré-fabricados, nos termos definidos no Caderno de Encargos	1	vg
5	Transporte de restituição, nos termos definidos no Caderno de Encargos	1	vg

(*) neste item está incluído o seguinte:

- Locação dos módulos pré-fabricados;
- Locação de mobiliário, nomeadamente, cacifos, bancos, armários, dispensador de papel, caixote do lixo, saboneteira e suportes de papel higiénico;
- Locação de equipamentos, nomeadamente: termoacumuladores, sistema solar fotovoltaico e equipamento de ar condicionado.

MAPA DE QUANTIDADES – LOTE 3

ETAR DE OLHALVAS

N.º	Item	Qt	Unid
1	Locação dos módulos pré-fabricados, nos termos definidos no Caderno de Encargos (*)	36	mês
2	Transporte, instalação dos módulos pré-fabricados e ligações às redes de abastecimento de água, esgotos e de energia elétrica, nos termos definidos no Caderno de Encargos	1	vg
3	Serviço de manutenção a realizar no período de locação, de acordo com o definido no Anexo II do Caderno de Encargos	1	vg
4	Trabalhos de desmobilização dos módulos pré-fabricados, nos termos definidos no Caderno de Encargos	1	vg
5	Transporte de restituição, nos termos definidos no Caderno de Encargos	1	vg

- (*) neste item está incluído o seguinte:
- Locação dos módulos pré-fabricados;
 - Locação de mobiliário, nomeadamente, cacifos, bancos, armários, dispensador de papel, caixote do lixo, saboneteira e suportes de papel higiénico;
 - Locação de equipamentos, nomeadamente: termoacumuladores, sistema solar fotovoltaico e equipamento de ar condicionado.

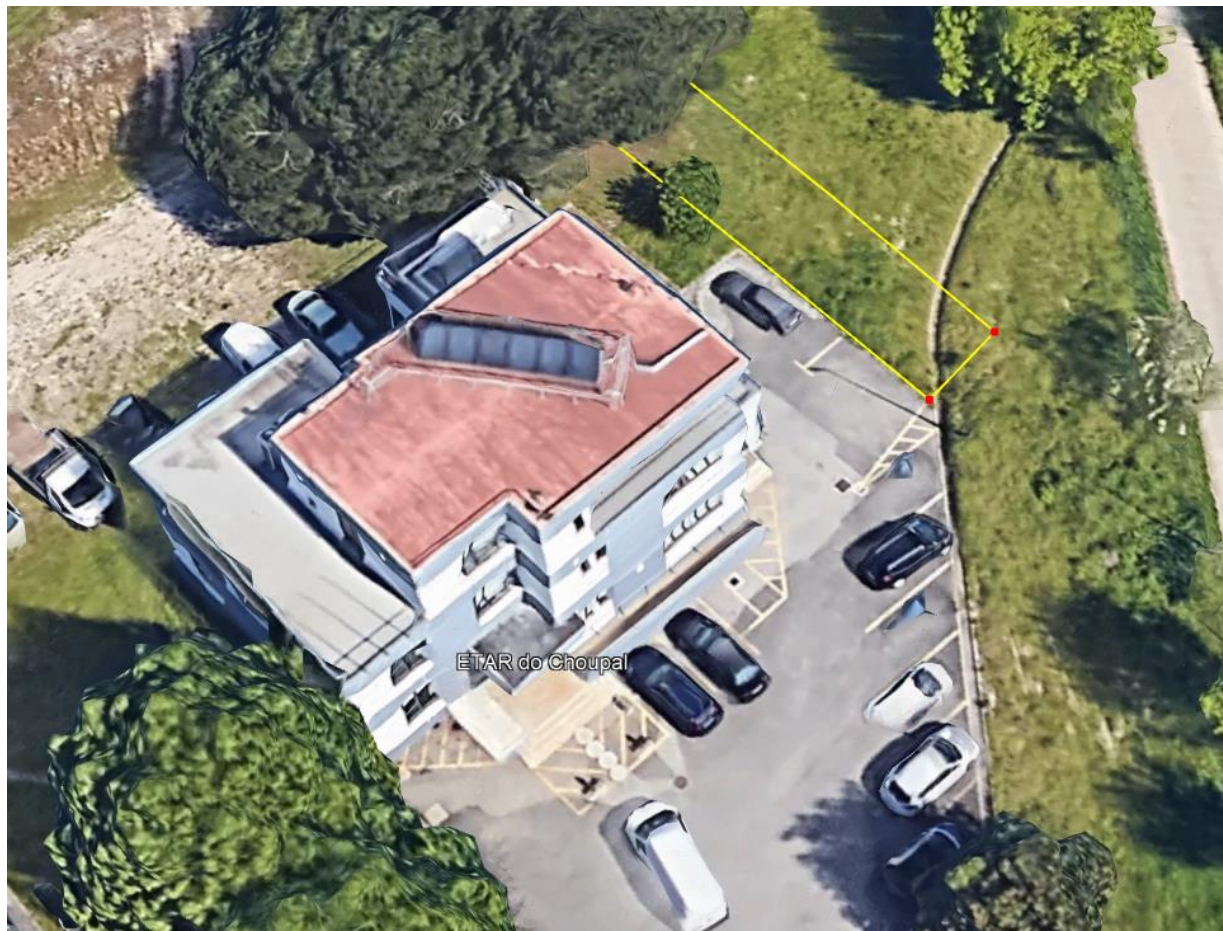
ANEXO IV
ZONA DE IMPLANTAÇÃO – LOTE I

ETA DA BOAVISTA



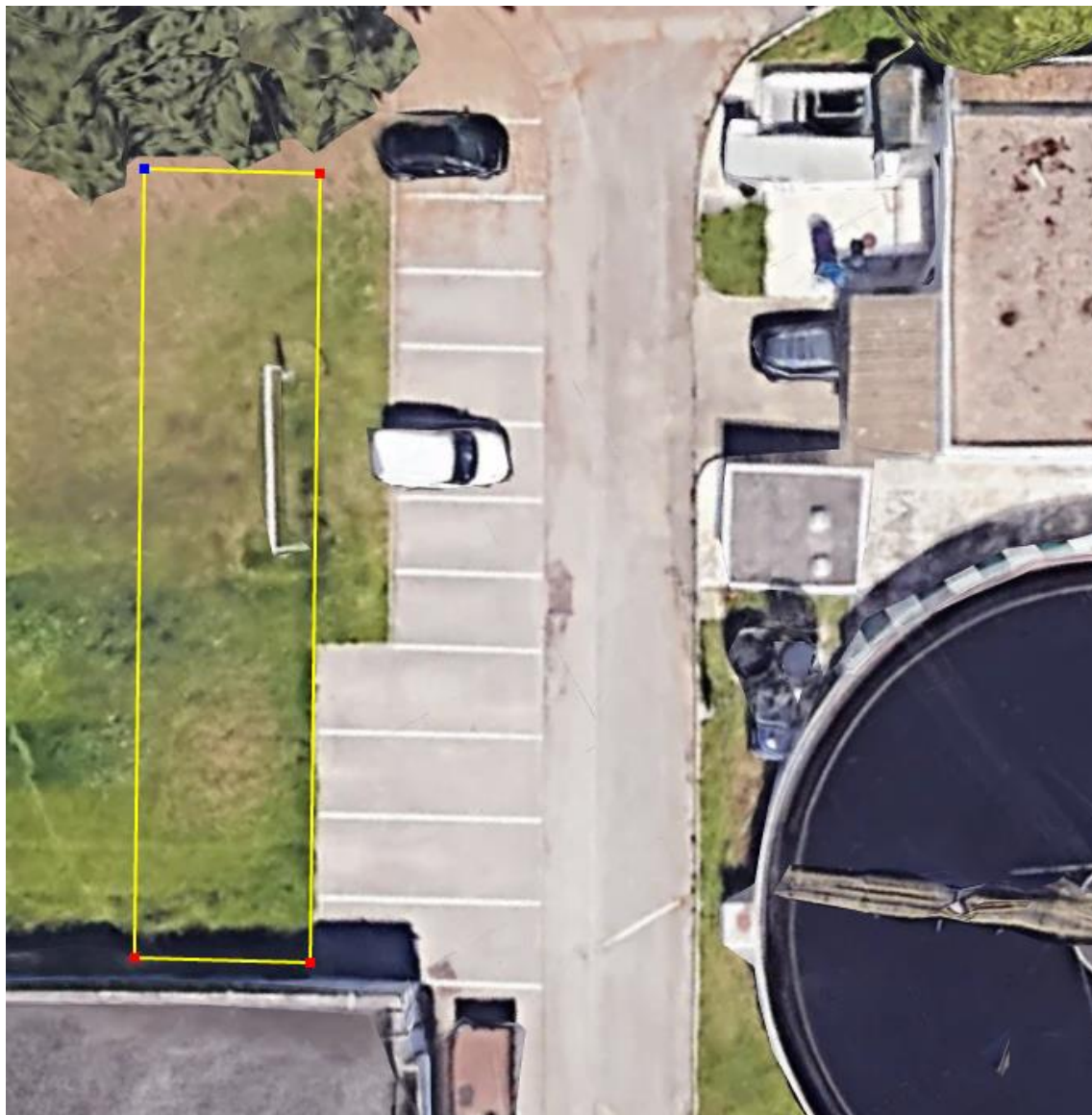
ZONA DE IMPLANTAÇÃO – LOTE 2

ETAR DO CHOUPAL



ZONA DE IMPLANTAÇÃO – LOTE 3

ETAR DE OLHALVAS



ANEXO V
LOCALIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES

LOTE	INSTALAÇÃO	MORADA	COORDENADAS	
1	ETA da Boavista	Avenida Dr. Luís Albuquerque, 3030-410 Coimbra	40°11'06.07" N	8°25'17.6" W
2	ETAR do Choupal	Estrada da Mata do Choupal 3040- 247 Coimbra	40°13'28.66" N	8°26'59.52" W
3	ETAR de Olhalvas	Av. Comunidade Europeia, 2400- 099 Leiria	39°44' 17"N	8°47' 38"W